



Marlon Miguel*

Resumo: Como fazer comum com um outro tão radicalmente outro? Como não se impor ao outro, não assimilá-lo, não dizê-lo de antemão, não incorporar sua diferença em uma dada identidade em nome da adequação, do ajuste, da norma abstrata? É no campo dessa série de perguntas que Fernand Deligny cria um infinitivo crucial para a sua crítica: *semblabiliser* – algo que poderia ser traduzido como “assemelhar”, isto é, tornar o outro semelhante assimilando-o e fazendo-o assim desaparecer. É o que diferentes práticas “corretivas” ou “impositivas” não cessaram de fazer: o colono branco com o indígena, Itard com o garoto selvagem, o psiquiatra com o desviante, o juiz com o criminoso. Embora haja diferenças nessas práticas, Deligny reconhece que elas funcionam sempre de modo binário e decide tomar partido do lado posto em dúvida, buscando observar a realidade da perspectiva do selvagem, do louco, do delinquente. Diferente de traços práticas assemelhadoras, Deligny elabora a ideia de um corpo comum, um organismo vivo e uma instalação artificial, graças ao qual diferentes modos de ser podem coexistir.

Palavras-chave: Corpo Comum; Fernand Deligny; Diferença; Práticas Institucionais.

* Doutor em Artes Plásticas e Filosofia pela Université Paris 8: Vincennes-Saint-Denis (Université Paris-VIII) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador da Bauhaus Universität Weimar (Uni-Weimar). E-mail: marlonmiguel@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1926672314532445>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9680-9303>.

Cuerpo común

Resumen: ¿Cómo podemos hacer común con alguien tan radicalmente diferente? ¿Cómo no imponernos a los demás, no asimilarlos, no decirlas de antemano, no incorporar sus diferencias a una identidad determinada en nombre de la adecuación, del ajuste, de las normas abstractas? Es en el ámbito de esta serie de preguntas donde Fernand Deligny crea un infinitivo crucial para su crítica: *semblabiliser* –algo así como “asemejar”, es decir, hacer similar al otro asimilándolo y haciéndolo desaparecer. Esto es lo que no han dejado de hacer distintas prácticas “correctivas” o “impositivas”: el colono blanco con el indígena, Itard con el niño salvaje, el psiquiatra con el desviado, el juez con el criminal. Aunque existen diferencias en estas prácticas, Deligny reconoce que siempre operan de forma binaria y decide tomar partido por el que está en duda, buscando observar la realidad desde la perspectiva del salvaje, del loco, del delincuente. A diferencia de prácticas de asemejamiento, Deligny elabora la idea de un cuerpo común, un organismo vivo y una instalación artificial, gracias a la cual pueden coexistir distintas formas de ser.

Palabras clave: Organismo Común; Fernando Deligny; Diferencia; Prácticas Institucionales.

Common body

Abstract: How can we produce a commonality with an-other who is so radically different? How not to impose oneself on the other, not to assimilate them, not to say it beforehand, not to incorporate their difference into a given identity in the name of adequacy, adjustment, the abstract norm? It is in the field of this series of questions that Fernand Deligny creates a crucial infinitive for his critique: *semblabiliser* – something like “to “similarise”, that is, to make the other similar by assimilating them and thus making them disappear. This is what different “corrective” or “imposing” practices have constantly done: the white colonizer with the Indigenous person, Itard with the wild boy, the psychiatrist with the deviant, the judge with the criminal. Although there are differences in these practices, Deligny recognizes that they always work according to binary forms and decides to take sides with minorities, seeking to observe reality from the perspective of the savage, the madman, the delinquent. Unlike such practices of similarization, Deligny elaborates the idea of a common body, a living organism and an artificial installation, thanks to which different modes of being can coexist.

Keywords: Common Body; Fernand Deligny; Difference; Institutional Practices.

*a linguagem permanece em falta
a ponte ainda quebrada nós atravessamos a vau
do que se precisa
senão de algumas pedras de uma pedra
Essa pedra aí
inscrita
transcrita
aí
não podemos apesar de tudo dizer que ela saiu
do nosso corpo
e no entanto
eu digo que ela é uma coisa referência
desse corpo comum
como dizer de outro jeito?
não se trata de um e do outro
trata-se de uma espécie de nós
mas de um nós que nada tem a ver
com a conjugação das pessoas aí presentes*

(Fernand Deligny, texto para o filme *Ce Gamin, là*)

Diversos são os nomes que a *tentativa* em rede de acolhimento de crianças autistas mudas recebe nos escritos de Fernand Deligny: *Nós, jangada, singular etnia, corpo comum*. É sempre, no entanto, o aspecto de comunalidade ou do que Deligny (2007b) chama de *comunismo primordial* que é evocado – em referência, mas deslocando o comunismo primitivo de Pierre Clastres. Toda a problemática da tentativa pode ser sintetizada assim: como *fazer comum* com um outro tão radicalmente outro? Como não se impor ao outro, não o assimilar, não o dizer de antemão, não incorporar sua diferença em uma dada identidade em nome da adequação, do ajuste, da norma abstrata?

É no campo dessa série de perguntas que Deligny (2007b) cria um infinitivo crucial para a sua crítica: *semblabiliser* – algo como assemelhar, isto é, tornar o outro semelhante assimilando-o e fazendo-o assim desaparecer. É o que diferentes práticas “corretivas” ou “impositivas” não cessaram de fazer: o colono branco com o índio, Itard com o garoto selvagem, o psiquiatra com o desviante, o juiz com o criminoso. Embora existam diferenças importantes nessas diferentes

práticas, o autor reconhece que todas elas funcionam sempre de modo binário e decide tomar partido do lado posto em dúvida, buscando observar a realidade da *perspectiva* dos ditos selvagens, loucos, delinquentes.

Quando o comportamento de uma criança (autista ou não, delinquente ou não) é considerado inadaptado, inadequado, anormal, ela é pré-julgada e tomada em comparação com uma imagem da normalidade – imagem, aliás, a qual ninguém nunca corresponde inteiramente –, assumindo-se que sua conduta é demasiado discrepante em relação a essa imagem. Em vez de tomá-la na sua diferença irredutível, a criança é assemelhada ao que *A GENTE (ON*, escreve Deligny em francês, usando o pronome indefinido em maiúsculas) pensa que ela deveria ser – ou ao menos ao que ela deveria tender. Essa matriz, Deligny (2007c) a chama de *image du bonhomme, imagem do homenzinho*: o homem palito que o *infans* vivendo aquém da representação não consegue desenhar. Não consegue porque não é um sujeito constituído, não se estruturou ou não se inscreveu (totalmente) na linguagem, no discurso. Seria preciso incorporar essa imagem para se tornar um sujeito e assim ser capaz de desenhá-la – ao mesmo tempo em que é preciso poder desenhá-la para ser considerado um sujeito *normal*.

Toda prática de assemelhação supõe certa *imagem do homem*, um código permitindo classificar, hierarquizar, julgar e interpretar diferentes formas humanas, bem como seus “desvios”. Ao *Homem*, entidade abstrata, tomada (ideologicamente) como categoria “neutra” e “indefinida”, Deligny (2007c) opõe o *humano*, definido pelo seu aspecto *refratário* – isto é, um núcleo duro que resiste a toda ação química ou física, e aquilo que é insubmisso, que resiste à lei. Na contramão do discurso dos direitos humanos fundado em uma lógica do reconhecimento, o humano aparece como sempre *fora da lei*, não constituindo algo da ordem do legiferável.

A noção de *humano* é também ligada à forma encontrada por Deligny para estruturar um pensamento que embora busque pensar a

irredutibilidade radical do singular – e, portanto, do *diverso* –, propõe sempre pensá-lo em termos de coletivo, de comum. Mas se o comum não deve tomar a forma do “comum um”, então ele tampouco pode ser legiferado, devendo ser capaz de inventar suas próprias leis. A radicalidade do conceito de *comum* em Deligny (2007c) implica que este é sempre circunstancial e situacional, que deve ser fabricado segundo a materialidade e a concretude das condições de um espaço-tempo singular, com os indivíduos aqui *aí* se encontram. Se o humano é *refratário*, o comum, por sua vez, é definido como *liminar* – isto é, preliminar, *primordial*, mas também, desde sempre e já eliminado, ultrapassado, além de constituir, enfim, uma zona de passagem. O comum é o que pode e deve ser fabricado através de uma prática local supraindividual e extra subjetiva.

As diversas áreas de convivência (*aires de séjour*, em francês) da Rede que existiu entre 1967 e 1986 nas Cevenas, sul da França, fazem a aposta desse comum liminar. Sem regras de funcionamento dadas de antemão, vivem nas áreas algumas crianças autistas e um ou alguns adultos, *presenças próximas*, que experimentam como conviver. Embora a proposta seja ver o quanto os adultos “normais” se transformarão por conta da presença de crianças “anormais”, não se trata de viver *para* ou *por* elas. “Uma tentativa é isso. Não é feita *para*. Não estávamos em Saint-Yorre por Yves, mas ele nos adveio. A partir desse momento, nós estávamos ligados. É outra maneira de dizer: causa comum” (Deligny, 2007d, p. 707).

Nem *para* (alguma coisa), nem *por* (alguém): uma *tentativa* é o resultado de um encontro (Yves Guignard, “débil profundo”, lhes “adveio”) que envolve, implica, liga as partes daqueles ali presentes: *causa comum*. Com Yves, a invenção de Deligny, Josée Manenti, Any Durand e outros é um filme, filmado entre 1962 e 1965 (*Le moindre geste*). Com Janmari, autista mudo declarado “incurável” pelas sumidades da psiquiatria e que Deligny encontra em 1966, começa a nova tentativa de viver em presença próxima com crianças autistas a quem a linguagem não adveio e com quem se trataria de fabricar um *meio propício e comum*.

Corpo comum é um dos nomes dados a esse território-meio fabricado e partilhado. As diversas *Coisas* dispostas no espaço, bem como a circulação de corpos constituem e formam esse grande corpo comum. Mas a constituição do corpo comum é o resultado de uma dupla operação – operações diferenciadas e diametralmente opostas no corpo autista e no corpo do sujeito “normal”. Pois, por um lado, há os adultos estruturados pela linguagem discursiva que atravessaram as etapas do desenvolvimento psíquico normal e conhecem a divisão do eu, a relação sujeito-objeto e que teriam perdido assim o *senso do comum*: eles não veem senão a distância entre o seu corpo e o corpo do outro. E, por outro lado, há as crianças autistas, que não são estruturadas como sujeitos segundo a divisão do eu, que não conhecem senão uma communalidade extrema, mesmo *simbiótica* e *fusional*. Seus corpos são “desmantelados”, sem bordas, vivem a céu aberto – *sans toi(t) ni moi*¹, segundo a bela fórmula deligniana de ressonâncias freudianas.

As crianças autistas vivem desde já imersas em um corpo comum, orgânico e absoluto, “corpo sem órgãos” (Deleuze; Guattari, 2004), no qual cada *coisa* deslocada é uma intervenção em seus “próprios” corpos e a causa de violentas crises. É preciso que elas deixem progressivamente esse comum absoluto a fim de que uma experiência concretamente comum, partilhada, se torne possível.

Se Deligny (2007a) insiste tanto ao longo de seus escritos tardios em termos como *gravidade* ou *polo* é porque entre aqueles que falam e aqueles que não falam as formas de organização (gravitacional) do corpo são radicalmente distintas. Por isso, a única maneira de se constituir um verdadeiro comum é caminhando em direção a um ponto central, nos quais ambas as organizações sejam postas em desequilíbrio. Para as crianças, será questão de constituir progressivamente um corpo mais ou menos unificado a partir do qual a função de *referenciar* (*repérer*) poderá entrar em funcionamento – se elas não têm acesso ainda exatamente a

¹ Que poderíamos traduzir livremente por: “sem teu (teto), nem meu”. A fórmula lembra a formulação de Freud ao pensar a psicose como um inconsciente exposto, a céu aberto, além de ecoar o sujeito psicanalítico dividido, o sujeito da *Spaltung*.

objetos, elas se tornam ao menos capazes de manusear as *coisas* que se tornam assim, ao menos, uma extensão de seus corpos. Para os adultos, trata-se de proliferar os poros, de relativizar suas bordas e de integrar em suas existências finalistas e funcionalistas, a dimensão do *para nada*, presente no gesto autista.

Se Lacan se esforçou em mostrar que a psicose não é uma pura desordem, mas implica em outra ordem, se Canguilhem (2009) buscou repensar a patologia para além de um simples disfuncionamento como uma reconfiguração do ser vivo implicando uma nova normatividade, então para Deligny (2007a), por sua vez, trata-se de transformar o autismo em um *outro modo de ser*, uma *outra estrutura*, a fim de pensá-lo em sua lógica imanente – trata-se de pensá-lo não mais como uma falha, uma deficiência, uma falta, mas antes a partir de sua positividade própria. Enfim, na radicalidade do seu movimento, ele afirma que esse *modo de ser* coabita com outros. Isto é, essa outra estrutura pode entrar em funcionamento também no indivíduo “normal” – que é como que por instantes golpeado, deslocado, de-subjetivado.

Seguindo a perspectiva de uma descrição da positividade, Deligny (2007a) identifica constantes reenviando a um modo de funcionamento diferente daquele de sujeitos dotados de palavra. As constantes dessa estrutura são, por exemplo: necessidade imperativa do *imutável* – ou seja, de uma organização e ordenação total das coisas no espaço e no tempo –; relação não a objetos, mas a *coisas* onde há um apego a elas; reiteração de certos gestos e movimentos tais como o balançar, o olhar fixo na palma da mão, ou o rodar em torno de si mesmo (as chamadas “estereotipias”, termo que Deligny não emprega); predominância do aspecto espacial em relação ao temporal na representação do meio; ausência de relação dual, dialógica ou binária sujeito-sujeito; suspensão da atenção e da unificação da experiência sensível... Por fim, esse modo de ser acentua o polo do *ser* face ao do *ter-possuir*, deslocando assim o modo de existência da possessividade em direção a outro regido por um princípio de indiferenciação. Daí, em Deligny (2007b), toda a crítica ao capitalismo

que teria acentuado ainda mais a forma de subjetivação do *ter-possuir* e o elogio do que ele chama de comunismo primordial.

Tanto a ideia de primordialidade quanto as etapas do desenvolvimento psíquico são arrancadas por Deligny (2007b) da linearidade temporal, teleológica e evolutiva. Nos passos da antropologia lévi-straussiana, a primordialidade do *ser*, do *comum*, do *humano* se torna uma *reserva virtual*; nos passos da paleontologia de Leroi-Gourhan, as etapas evolutivas se tornam estratos que progressivamente se fossilizam. Os processos de desenvolvimento humano tanto do ponto de vista social, quanto psíquico e natural, supõem certamente estratificações, mas não a desaparição dos primeiros estratos “primordiais”: “cada indivíduo é o primeiro, humano nem mais nem menos do que os primeiros que deram curso a essa espécie aqui” (Deligny, 2007d, p. 700). Por isso, embora o sujeito “se constitua”, ele continua sendo permanentemente atravessado por essas linhas de força de- subjetivantes que deslocam seu centro de gravidade. Daí as inumeráveis descrições de Deligny de experiências de perda de si vividas pelo sujeito “normal” falante e não-autista nas quais o eu “se” perde em um *aí* – carregado pelo gesto de “sua” mão ou comovido por uma imagem.

A operação de fabricação do corpo comum implica em primeiro lugar na *instalação* de um espaço. Se há uma geografia do corpo do homenzinho, do sujeito dotado de palavra que o faz dizer e situar as coisas a partir de posições e referências que são as suas, trata-se, ao contrário, na tentativa, de localizar uma geografia alternativa. A prática cartográfica desenvolvida na Rede é uma ferramenta que poderia ajudar a *expor* outras coordenadas, outras constantes e assim a traçar progressivamente uma outra geografia.

O investimento territorial, a *instalação espacial*, segue, na Rede, progressivamente alguns princípios correspondendo ao que Deligny (2007d) chama de *costumeiro* ou de *imutável*. Em primeiro lugar, o não endereçamento da palavra às crianças. Segundo, a recusa do face a face. Terceiro, a atenção e escuta em relação à localização das coisas. Enfim, em quarto lugar, a ordenação, ritmização e ritualização dos afazeres

cotidianos. Esses princípios constituem estratégias clínicas cujo suporte é uma abordagem estética. Não se trata de princípios absolutos, mas de configurações práticas capazes de propiciar uma outra disponibilidade aos corpos aí presentes. O que conta no território é desse modo a instalação e a localização de coisas e objetos, os deslocamentos costumeiros, de um ponto a outro, feitos para realizar tarefas. São esses elementos que constituem o espaço, o meio, a área de convivência. E é essa ordenação costumeira que permitirá à criança autista poder decompor as coisas, sequências e ações no espaço, organizar sua percepção, unificar progressivamente seu corpo e tomar parte nas atividades.

É pelas margens, isto é, fazendo o que é preciso para o espaço – e não para as crianças – que o processo clínico-terapêutico se desenvolve. O *acaso* tem aí um papel determinante: o encontro com certos gestos e coisas, com certos deslocamentos ou atividades, que desencadearão na criança seus *agires*. E a criança agindo “se” sente participando do território, “se” integra e tem um papel, mesmo que mínimo. A presença próxima, por sua vez, ocupa uma função de mobilização da atenção capaz de reunificar a experiência sensorial da criança autista. Ela o faz graças à constância de seus gestos e afazeres, assim como graças ao ritmo imposto à vida cotidiana.

Dessa forma, se espaço “terapêutico” há, este é concebido de modo *des-psicologizante* e segundo três princípios: o *território*, a *imprevisibilidade* e o *acaso*. Trata-se não de entender o interior da criança (o que demandaria necessariamente práticas de interpretação e de projeção supondo uma imagem-matriz abstrata e universalista), mas de pensar práticas que permitam a passagem à atividade desses corpos no espaço, mesmo se essa atividade, diferentemente do sujeito falante, não passe pela palavra. Dentre as inúmeras práticas desenvolvidas na Rede, sem dúvida a cartográfica foi crucial na instalação desse espaço propício à atividades das crianças autistas.

Os chamados “mapas” são um nome geral dado aos traçados dos mais diversos tipos e em formatos diferentes feitos pelas presenças próximas ao longo de cerca de uma década. Há mapas de gestos, de um

local específico, da localização de objetos, de deslocamentos, de um acontecimento em particular; há mapas descrevendo uma única criança ou vários indivíduos em um espaço. Os mapas são normalmente diacrônicos, de modo que vemos simultaneamente diversos afazeres no espaço, mas muitas vezes eles possuem também uma narrativa de uma sequência de ações ou de um acontecimento. Muitas cartografias possuem um mapa de base do território traçado e, em seguida, outros mapas são traçados em papel vegetal vindo se sobrepor à base com, por exemplo, as linhas de deslocamento das crianças no espaço (Miguel, 2024).

Alguns aspectos são essenciais para compreender a função dos mapas. Em primeiro lugar, traçar mapas é uma forma de controlar a ansiedade terapêutica das presenças próximas, de acalmar os adultos e a vontade de intervir diretamente nas crises das crianças. Segundo, os mapas são uma ferramenta que ajuda a deslocar a posição de “cuidador” e a desviar a violência inerente do verbo que tende a fixar as crianças em certas posições enunciadas pelo sujeito observador. Em terceiro lugar, os mapas permitem instalar o território a fim de criar assim um espaço de vida propício às crianças. Eles apuram a percepção dos adultos e ajudam a tornar o espaço visível – pontos de passagem importantes, objetos que produzem algum efeito, linhas de circulação. Com os mapas, é como se a mão ensinasse os olhos a ver, é como se traçar permitisse anular, ao menos por um instante, a primazia do *S* – do sujeito, de seus vícios, suas projeções, de seu egocentrismo e narcisismo. Assim, os mapas possibilitam ver o que não “se” pode ver. Dito de outro modo, trata-se de neutralizar a reflexividade do sujeito para que possa enxergar o que sua própria posição de sujeito o impedia de ver.

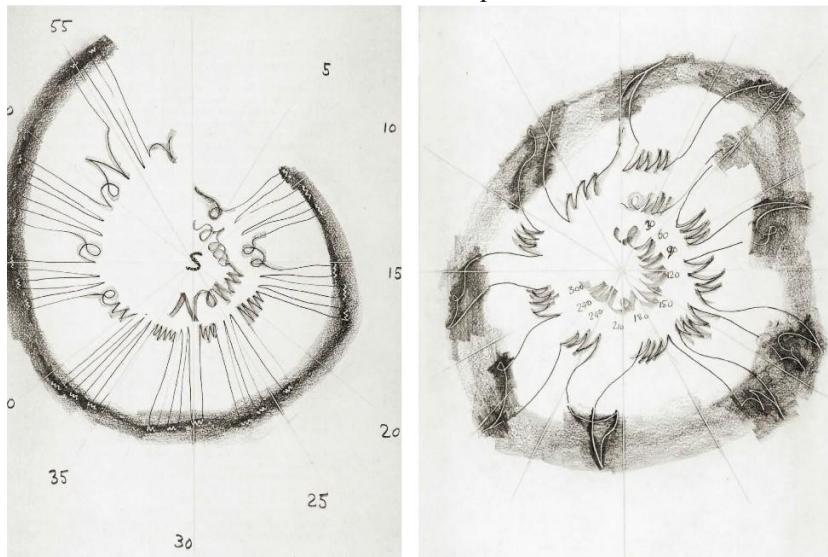
A cartografia é, portanto, uma ferramenta de experimentação que participa do investimento e da instalação do espaço-território, assim como da elaboração de técnicas para os corpos dos adultos, cujo objetivo é neutralizar o excesso de presença e a função instituída de terapeutas, cuidadores, pedagogos. Com a ajuda dos mapas, as presenças próximas buscam instalar uma *zona de proximidade* que é essencial para o desenrolar da vida comum e para a dimensão do cuidado.

O que Deligny chamou de *derivas* são, dessa forma, os efeitos daquilo que é estrategicamente introduzido para desfazer o império da linguagem. Por um lado, as derivas dizem respeito aos efeitos da sua própria escrita, que torcendo a língua permitiria fazer o “fora da linguagem” penetrar na linguagem; e, por outro lado, dizem respeito aos efeitos produzidos pela prática espacial-territorial. A prática espacial pode ser descrita através de uma *teatralização, estetização, coreografização e ritualização* da vida cotidiana. Esses elementos devem ser compreendidos como parte de uma busca ativa, conduzida pelas presenças próximas, para pontuar o modo de ser “normal” e para romper com a dimensão utilitária do *fazer*, criando, assim, um território-meio propício às crianças e ao comum. As crianças, por sua vez, são como que capturadas – “magnetizadas” ou “imantadas”, como diz frequentemente Deligny – pelo território e pelas suas atividades, capturadas pela instalação, que desencadeia nelas a tomada de iniciativas: não mais girar em torno de si mesmas, não mais olhar fixamente as palmas de suas mãos, mas lavar a louça, fabricar o pão, correr.

Deligny (2007d) faz uma distinção conceitual entre o *agir* e o *fazer* que diz respeito à diferença, respectivamente, entre os modos de ação do indivíduo autista e do sujeito falante. O *agir* é *sem fim* (uma atividade que não cessa e não tem finalidade), enquanto o *fazer* é dotado de intencionalidade, seu sentido é dado pela sua finalidade, pelo objetivo a ser realizado. As chamadas *lignes d'erre* são a tradução em linha dos deslocamentos e dos gestos das crianças autistas, de seus *agires*. A tradução desse termo para o português é difícil. *Erre* significa o movimento de um barco quando este deixa de ser propulsado mecanicamente; ele indica, ainda, o aspecto e o ritmo, uma certa maneira de se avançar, de caminhar. Possíveis traduções para o português seriam *linhas de errância* ou ainda, menos recorrente, mas talvez mais próxima do original, *linhas de vagueação*. No entanto, nenhuma dessas traduções dá conta do fato de que *erre* mantém uma relação com a interrupção da propulsão, da condução e que, no caso da tentativa, diz portanto respeito à maneira como as presenças próximas não conduzem e dirigem as crianças autistas. Embora a relação seja em um primeiro momento tentadora, as *lignes d'erre* não são tampouco totalmente assimiláveis às “linhas de fuga”, tal como

pensadas por Deleuze e Guattari. Muito, pelo contrário, as crianças são antes *imantadas*, diz Deligny (2007d), pela área de convivência e pelos seus afazeres. Não há, pois, fuga do *costumeiro*, mas antes uma inscrição nele: as *lignes d'erre* se sobrepõem e atravessam as *linhas costumeiras* ligadas aos *afazeres* dos adultos; elas mostram como a criança “erra” na área de convivência, mas justamente em função dessa área (Mapas 1).

FIGURA 1 - Mapas 1²



Fonte: Gisèle Durand (1975).

² Mapas traçados por Gisèle Durand na área de convivência de Gramiers em 1975 [*Cartes et lignes d'erre: traces du réseau de Fernand Deligny, 1969-1979*. Paris: L'Arachnéen. p. 232-233]. Esses mapas expõem a diferença entre o *agir* e o *fazer* de uma criança autista (Janmari) e de um adulto (o “S” indicando o sujeito no centro do mapa à esquerda) em tarefas banais (lavar um garfo, à esquerda, e varrer a cozinha, à direita). São mapas puramente gestuais que buscam, de algum modo, traduzir a qualidade do movimento dos indivíduos ai representados. No centro dos mapas são representados os gestos do adulto: curtos, com uma duração precisa, limitados a realizar a tarefa correspondente. Indo do centro para as margens, os gestos alongados de Janmari, “capturado” pela tarefa, pois inscrita no costumeiro, mas, liberada do tempo e do objetivo a ser realizado. Se o adulto lava a louça em 55 segundos ou varre a cozinha em 300 segundos, Janmari pode passar o dia a fazê-lo, observando cada gota d’água pingando do garfo ou carregado, como em uma dança, pela vassoura.

Na tentativa da Rede, os mapas têm o objetivo essencial de expor e de fabricar a instalação territorial, de ver em que e como é possível retrabalhá-la, como melhor instalá-la, como torná-la um corpo comum habitável por diferentes tipos de indivíduos. Os mapas ajudam portanto a questionar em permanência o território construído: a instalação permanece “eficaz”? Ela permite o agir das crianças? Ou antes o inibe? “*Permitir*” é com efeito uma espécie de noção-chave ou orientadora da tentativa. Mas, longe de ser uma abstração ou um princípio baseado na espontaneidade, o “*permitir*” diz respeito antes de tudo a uma estratégia territorial em relação com uma atenção constante ao espaço, à localização das coisas e à instalação delas. Isaac Joseph (2007), importante colaborador e organizador de vários livros de Deligny nos anos 1970, responde desse modo à pergunta “como permitir?”:

[s]uprimindo o que é *excessivo*, o que é *pelos* garotos, o que transforma, cedo ou tarde, a presença próxima em terapeuta ou monitor. Mas também respeitando o *para nada*, a iluminação do gesto não finalizado, as espessuras da escrita corporal, respeitando o para nada das coisas e dos gestos, dos garotos, de nós mesmos (Joseph, 2007, p. 855).

A questão fundamental no que concerne a presença próxima gira em torno de como fabricar um *lugar*, fora da presença massiva da palavra, retirando-se da posição de sujeito falante, de ser de verbo, para *aí*, nesse lugar, se presentificar. A presença próxima deve estar presente, mas não excessivamente, ela precisa de certa forma se neutralizar para assim permitir que algo aconteça. O questionamento constante da palavra se dá porque esta possui a tendência de se fixar e de dar as regras do espaço segundo seu funcionamento próprio, forçando aqueles que não têm palavra a se adaptar a ele. Para a constituição de um espaço comum, é preciso, pois, que os adultos se retirem, mesmo que minimamente. Que eles cedam o lugar. É assim que as presenças próximas poderão *permitir*.

Permitir consiste ainda em respeitar a dimensão do *para nada*, isto é, não reenviar o gesto da criança à sua incompletude, mais tomá-lo enquanto tal;

não mais assumir que o gesto seria inacabado, imperfeito, deficiente, mas acompanhá-lo em seu movimento próprio. As crianças possuem, com efeito, sua própria *escrita corporal* singular; e se elas traçam no espaço de maneira particular, então por que não encontrar as condições segundo as quais um tal traçar possa se desdobrar “livremente”? Trata-se de dar o sentido não mais pela falta a partir de uma racionalização do que o gesto deveria necessariamente realizar: por exemplo, descascar uma laranja implica em comê-la ou pegar em mãos uma vassoura tem como consequência varrer o espaço. Antes, trata-se de tomar o gesto na plenitude do seu movimento. O gesto deixa de ser um elo entre um gesto anterior e outro posterior. Ele é pleno enquanto tal. Mais uma virada de perspectiva se abre aqui, a partir da qual Deligny nos convida a pensar não o que falta a esses gestos, mas o que falta ao sujeito constituído – por conta de um excesso de significação e de finalismo decorrente justamente da palavra e do modo de ser subjetivo.

A abordagem da tentativa e das presenças próximas não supõe uma indiferença entre o normal e o não-normal (ou extranormal), mas busca antes suspender o aspecto qualitativo da diferença, assumindo-a assim propriamente. É isso que permite, ao mesmo tempo, respeitar a existência de dois ou variados modos de ser e sublinhar o *entre*, as passagens. Graças à prática territorial, *entre o fazer* do sujeito e o *agir* do autista, há algo que se constrói.

Talvez nenhuma cartografia demonstre tão bem esse corpo comum em funcionamento quanto aquele traçado por Gisèle Durand em novembro de 1973 (Mapas 2). Trata-se de um mapa bastante pictórico que descreve o processo de tirar a mesa e lavar a louça, detalhando suas etapas, assim como a sequência e o encadeamento de gestos. A narrativa da carta começa no alto à direita, onde os objetos (panelas, pratos, talheres, etc.) se encontram na mesa. Os objetos são em seguida transportados até a tábua no centro à direita. Aí eles são lavados com água transportada em jarros vindos do ponto no alto à esquerda. Enfim, os objetos são levados até o ponto embaixo à direita onde são guardados. Quatro adultos estão no espaço, representados pelos homenzinhos sem cabeça (as linhas em laranja em volta do alto do tronco sinalizam *simulacros* ou *gestos para nada*, provavelmente de bater palmas). Os gestos e deslocamentos dos adultos são representados pelas linhas pretas e aqueles das

crianças em linhas brancas. O que interessa em particular nesse mapa é a maneira como os gestos de uns são retomados e continuados pelos outros, as formas como as linhas se seguem, foram sequências. É uma criança que parte em primeiro lugar da mesa onde comiam – atitude desencadeada talvez pelo *simulacro-gesto para nada* ou talvez simplesmente pela “ordem natural” do costumeiro. Mas em seguida é um dos adultos que retorna o gesto e o deslocamento, que é mais uma vez retomado pela criança e assim por diante. Uma tarefa aparentemente simples se inscreve em uma temporalidade alongada, ritualizada e sobretudo *comum*.

O *corpo comum* aparece aqui ao mesmo tempo como um organismo vivo e uma instalação artificial. Ele é a resultante do convívio entre sujeitos falantes e crianças autistas mudas; é a constelação de coisas, indivíduos, linhas de circulação, traçada em mapas e vivida no espaço-território.

FIGURA 2 – Mapas 2³



Fonte: Gisèle Durand (1973).

³ Mapa traçado por Gisèle Durand na área de convivência do Serret em 10 de novembro de 1973. [*Cartes et lignes d'erre: traces du réseau de Fernand Deligny, 1969-1979*. Paris: L'Arachnéen. p. 190-191].

Referências

- CANGUILHEM, Georges. *Le normal et patologique*. Paris: PUF, 2009.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Como criar para si um corpo sem órgãos. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004. p. 9-29.
- DELIGNY, Fernand. Cahiers de l'immuable/ 2. In: DELIGNY, Fernand. *Œuvres*, Paris: L'Arachnéen. 2007a, p. 869-943.
- DELIGNY, Fernand. Le Croire et le Craindre. In: DELIGNY, Fernand. *Œuvres*, Paris: L'Arachnéen. 2007b, p. 1.084-1.223.
- DELIGNY, Fernand. Les D é t o u r s de l'agir. In: DELIGNY, Fernand. *Œuvres*. Paris: L'Arachnéen, 2007c. p. 1.247-1.347.
- DELIGNY, Fernand. Nous et l'innocent. In: DELIGNY, Fernand. *Œuvres*. Paris: L'Arachnéen, 2007d. p. 673-798.
- JOSEPH, Isaac. L'innocent efficace. In: L'IMMUABLE, Cahiers; DELIGNY, Fernand. *Œuvres*. Paris: L'Arachnéen, 2007e. p. 805-868.
- MIGUEL, Marlon. *Fernand Deligny e as ecologias do humano*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2024.

Data de registro: 19/08/2024

Data de aceite: 27/11/2024